

1 Ata da reunião ordinária nº 763 do
2 Conselho Universitário da Universidade
3 Estadual de Londrina, realizada no dia
4 03 de dezembro de 2021.

5 No dia 03 do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um, às
6 nove horas, na sala virtual link **meet.google.com/nhz-drhm-nzs**, em
7 razão do isolamento social, decorrente da pandemia de coronavírus,
8 reuniu-se o Conselho Universitário, sob a presidência do Reitor Prof.
9 Dr. Sérgio Carlos de Carvalho e com a presença do Vice-Reitor, Prof.
10 Dr. Décio Sabbatini Barbosa e dos seguintes Conselheiros: Airton
11 José Petris, Amauri Alcindo Alfieri, Ângela Lamas Rodrigues Ângela
12 Pereira Teixeira Victória Palma, Aron Lopes Petrucci, Aurélio Pereira,
13 Azenil Staviski, Cristiano Medri, Edméia Aparecida Ribeiro, Eliel
14 Ribeiro Machado, Eloisa Rodrigues, Joabe Vieira da Costa; Lenir de
15 Assis, Rafael Bataglia da Silva; Tania Lobo Muniz; Thiago Correa
16 Mattos, Inês Cristina de Batista Fonseca, João Antônio da Silva, Keli
17 Regiane Tomeleri da Fonseca Pinto, Kennedy Piau Ferreira, Leandro
18 Ricardo Altimari, Lorena Ferreira Portes, Lucia Giuliano Caetano,
19 Marcelo Alves de Carvalho, Maria Fernanda Rodrigues Graciano,
20 Mariana Aparecida Bologna Soares, Marta Regina Gimenez Favaro,
21 Nídia Aparecida Hernandez, Nilson Magagnin, Patrícia Mendes
22 Pereira, Paulo César Meletti, Renata Katsuko Takayama Kobayashi,
23 Reginaldo Melhado, Rodrigo Rosseto Pescin, Ronaldo José do
24 Nascimento, Silvano César da Costa, Sinival Osório Pitaguari,
25 Franscisco Luis Hipólito Galli, Rogério Zanetti Gomes, Thiago Corrêa
26 Mattos, Viviane Bagio Furtoso, Mara Solange Gomes Dellarozza, Mário
27 Sérgio Mantovani, Ely Ferreira de Siqueira, Moacir Norberto Sgarioni.
28 Ausências Justificadas: Edméia Aparecida Ribeiro, Ausências sem
29 justificativas: **CONVIDADOS:** Alberto Duran Gonzalez, Cíntia Lara
30 Maciel, Guilherme Faraco, Gustavo Cruz Badaro, Lisiane Freitas de
31 Freitas, Miguel Etinger de Araújo, Paulo Liboni e Sirlei Mariano
32 Ferreira. Antes da ordem do dia, o reitor saúda a Professora Nídia
33 Aparecida Hernandez, chegando hoje no Conselho Universitário.
34 Entrou no lugar da Profa. Silvia Ponzoni, representante do CEPE no
35 C.U. A Profa. Silvia é uma professora excelente, dedicada, e fará falta
36 nos Conselhos. Prof. Sinival Pitaguari – gostaria que fosse pautada a
37 LGU e de preferência como primeiro ponto. Prof. Sérgio Carvalho –
38 melhor fazer as eleições das Câmaras até para podermos fazer
39 reuniões extraordinárias futuras. **ORDEM DO DIA - Eleição para as**
40 **Câmaras, segundo Ato Executivo nº124/2021** - Eleição para:
41 **CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E RECURSOS. 2 (dois)** representantes
42 dos servidores técnicos administrativos – Rafael Bataglia da Silva e

1 Thiago Correa Mattos; **4 (quatro)** docentes – Profa. Tânia Lobo,
2 Profa. Keli Regiane Tomeleri, Prof. Aron Lopes Petrucci e Profa.
3 Viviane Bagio **1 (um)** discente – SEM INDICAÇÕES. **CÂMARA DE**
4 **FINANÇAS. 2 (dois)** representantes dos servidores técnicos
5 administrativos – Aurélio Pereira, Joabe Vieira; **2 (dois)** docentes –
6 Lorena Portes e Ronaldo José Nascimento. **1 (um)** discente – SEM
7 INDICAÇÃO. **2ª Parte - Item 1 - Discussão e votação da Ata de nº**
8 **760 (Reunião C.U de 01/10/2021). Item 2 - Discussão e votação da**
9 **Ata de nº 761(Colação de Grau de 08/10/2021). Item 3 - Discussão**
10 **e votação da Ata de nº 762 (Homenagem Prof. Emérito Pedro**
11 **Gordan).** EM BLOCO. Todas aprovadas por unanimidade. **Item 4 -**
12 **Processo 8312/2021 – GABINETE DA REITORIA. Referendar a**
13 **Resolução C.U 068/2021, que revoga a Resolução C.U. 082/2019,**
14 **de 23 de dezembro de 2019, a qual suspendeu os efeitos dos**
15 **parágrafos 1º e 3º, do artigo 14 do Regulamento de Pessoal da**
16 **UEL. (Relator: Câmara de Legislação e Recursos).** PARECER DA
17 CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E RECURSOS (CLR). PROCESSO
18 8312.2021.62 A Câmara de Legislação e Recursos (CLR), em reunião
19 remota realizada em 19 de novembro de 2021, analisou o
20 PROCESSO 8312.2021.62, que trata do pedido para que seja
21 referendada, pelo Conselho Universitário (CU), a Resolução C.U. n.
22 068/2021 que revoga a Resolução C.U. n. 082/2019, que suspendeu
23 os efeitos dos Parágrafos 1º e 3º do Artigo 14 do Regulamento de
24 Pessoal da UEL. Presentes os membros: Airton José Petris, Nilson
25 Magagnin Filho, Thiago Corrêa Mattos e Viviane Aparecida Bagio
26 Furtoso. Considerando que de acordo com o Regimento Geral da
27 Universidade compete ao Conselho Universitário exercer a supervisão
28 da Universidade e traçar a política universitária (Art. 69, Inciso I);
29 Considerando que o objeto da Resolução em análise trata de
30 aspectos relacionados aos Parágrafos 1º e 3º do Art. 14 do
31 Regulamento de Pessoal da UEL; Considerando que ao Reitor
32 compete praticar atos ad. referendum dos órgãos competentes, de
33 acordo com o inciso XX do Art. 49 do Estatuto Geral da Universidade;
34 A Câmara de Legislação e Recursos - CLR considerou-o, em relação
35 aos seus aspectos formais, APTO para ser analisado pelo Conselho
36 Universitário. Subsidiariamente, a CLR recomenda que seja anexada,
37 ao presente processo, cópia do documento referente ao
38 ARQUIVAMENTO do Procedimento Administrativo n. MPPR -
39 0078.20.001589-5. Peço uma retificação que onde se lê
40 REGIMENTO, LEIA-SE ESTATUTO. Prof. Sérgio Carvalho – vocês
41 sabem que o TIDE Administrativo sofreu um ataque do TCE brutal e
42 de todos os órgãos externos de controle. E são cargos de extrema

1 relevância para a UEL. Quem estava recebendo o Tide Administrativo,
2 na UEL eram apenas 30 técnicos, a exemplo da Superintendente do
3 HU, diretora administrativa do mesmo hospital, também nosso Pró-
4 Reitor de RH, dentre outros. O Ministério Público entendeu, em 2009
5 que esse TIDE era legal, mas, em 2019 mudou de entendimento e
6 nos enviou uma recomendação administrativa, sob pena de
7 improbidade administrativa. O TIDE está previsto no Estatuto do
8 Servidor, mas ainda carece de regulamentação específica.
9 Suspendeu *ad referendum* o dispositivo do nosso Estatuto, para não
10 sofrermos processo do Ministério Público e a partir daí, judicializamos
11 e lutamos pela aprovação da lei. A lei foi aprovada, porém o Tribunal
12 de Contas do Estado do Paraná embargou todo o conteúdo da lei.
13 Entramos com uma ação civil, mas, ainda não tivemos ganho de
14 causa. Por nossa movimentação política, a UEL já fez um estudo, se
15 comprometeu a aumentar a sua receita em 1 milhão e meio de reais,
16 para que seja aprovada a lei e possamos ter a segurança de aplicar a
17 legislação e corrigir uma injustiça que foi feita para esses 30
18 servidores. Estamos em constante negociação com a SETI e a SEFA,
19 para que possam reconhecer o TIDE Administrativo. Então, esse
20 Conselho precisa referendar essa resolução, para que, em se
21 aprovando a lei, em janeiro de 2022, seja possível corrigir essa
22 injustiça. A Vivian combateu a COVID como uma leoa, nesse período
23 todo, com uma redução de 50% de salário. Além disso, o MP arquivou
24 a recomendação. Ainda não estamos pagando o TIDE Administrativo,
25 mas, poderemos retomar, pelo princípio da legalidade, quando
26 começar a vigorar a nova lei, que pode ser aprovada no início do ano
27 que vem. Prof. Miguel Etinger – em havendo uma nova legislação, se
28 não fizéssemos essa resolução, seria um impeditivo para pagar o
29 TIDE Administrativo. Ontem, tivemos uma manifestação na nossa
30 ação, a UEL estava sozinha nesse processo, e essa manifestação é
31 favorável ao nosso pleito e contra o entendimento do TCE. Prof.
32 Sérgio Carvalho – Prof. Antonio Amaral e Profa. Tania Lobo foram
33 imprescindíveis nesse processo. Nos acompanharam ao MP, ao TCE
34 e diversas instâncias, foram longas horas de conversas e, assim,
35 gostaria de render minhas homenagens a eles e meus
36 agradecimentos. A nossa PJU combateu a causa sozinha no Estado,
37 porque nenhuma outra Universidade quis acompanhar essa ação. A
38 UEL foi a que mais deu combate jurídico nesse quesito do TIDE
39 Administrativo. Prof. Alan Salvany – vem acompanhando esse
40 desgaste, tendo a lei aprovada e para pagar o TIDE Adm., ainda
41 temos que entrar na justiça para fazer cumprir a lei. É absurdo isso.
42 Parabeniza a UEL e a PJU pelo pleito. Aurélio Pereira – é devido ao

1 pleito, analisando o RPU, entende que o art. 14 também precisava ser
2 adequado à Lei. Não existe mais algumas simbologias. Sem prejuízo
3 desse ponto de pauta, mas, acredita que pudesse reformar e adequar
4 às novas simbologias. Prof. Sérgio Carvalho – concorda que, com a
5 aprovação da lei, teremos que ver essas simbologias todas. **Item 4 -**
6 **Processo 9345/2021 – PROPLAN - deliberar acerca do Orçamento**
7 **Sintético da Universidade Estadual de Londrina para o exercício**
8 **de 2022. (Relator: Câmara de Finanças e Orçamento)**. A Câmara
9 de Finanças e Orçamento (CFO) em reunião remota (pela Internet),
10 realizada em 11 de novembro de 2021, na presença dos membros
11 Prof. Dr. Leandro Ricardo Altimari, Profa. Dra. Tânia Lobo Munizi, e
12 dos Técnicos administrativos Aurélio Pereira e Joabe Vieira da Costa,
13 após análise do processo nº 9345/2021, naquilo que lhe compete pelo
14 regimento do Conselho Universitário (C.U), Artigo 11, inciso II,
15 considerou que o mesmo está apto para ser avaliado e deliberado
16 pelo C.U, tendo em vista que o mesmo cumpre todo o rito processual
17 necessário, que compreende a proposta orçamentária da UEL para o
18 exercício financeiro de 2022, elaborada pela Diretoria de Orçamento e
19 Programação da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) (p. 3 a 5
20 pdf); apreciada e proposta pelo Conselho de Administração, para
21 fazer face às despesas correntes e de capital previstas para o
22 exercício de 2022. Os recursos do Tesouro são insuficientes para
23 pagar a nossa folha, embora o desse ano foi um pouco acima, 6% do
24 que o ano passado. Prof. Sérgio Carvalho – para darmos conta de
25 todas as despesas, o nosso custeio deveria ser 20 milhões.
26 Terminado esse conselho universitário, já encaminharemos um ofício
27 para mostrar onde não há recursos e pedir suplementação. Quando
28 cai uma marquise a universidade é acusada de inépcia, mas, na
29 verdade, nunca temos recursos para as nossas manutenções. **II.**
30 **INFORMES** - Recebemos a informação ontem, pela SETI que a
31 minuta da LGU havia sido encaminhada para a ALEP. Todos sabem
32 que em 2019 fizemos mais de 200 reuniões para discutir a LGU, todos
33 os centros, todos os departamentos, fizemos uma grande reunião no
34 anfiteatro do CCB, com todos os coordenadores, chefes de
35 departamento, pesquisa e pós graduação, câmaras e conselhos, por
36 isso fizemos mais de 200 reuniões. Ao longo disso, criamos na página
37 da UEL, um repositório ([https://drive.google.com/file/d/1-](https://drive.google.com/file/d/1-p256rvL21sThQCwdIlyiOqSncHwECoi/view)
38 [p256rvL21sThQCwdIlyiOqSncHwECoi/view](https://drive.google.com/file/d/1-p256rvL21sThQCwdIlyiOqSncHwECoi/view)), com os documentos
39 produzidos pelo DCE, pelos sindicatos, pelos Centros, um grande
40 número de material e todo o compilado das análises. Está
41 esclarecendo isso, porque um ex-dirigente sindical, que em uma
42 palestra em Ponta Grossa disse que o reitor da UEL não sabia de

1 onde vinha as disposições da LGU e que estaria em acordo com o
2 governo. O C.U. determinou que nós recusássemos a proposta de
3 LGU então, o C.U não precisa recusar agora porque isso já foi
4 deliberado. Porém, esse Conselho deliberou pelo envio de todo esse
5 material do repositório para o Governo do Estado e, assim, nós
6 fizemos. Também ficou deliberado que quando a lei fosse para a
7 ALEP, fizéssemos um plebiscito com a comunidade universitária para
8 ampla consulta. Nós instituímos uma comissão para esse plebiscito,
9 com participação de servidores e estudantes e docentes. A comissão
10 escolheu o prof. Silvano Cesar para presidir os trabalhos. A comissão
11 fez um amplo estudo, utilizaram o sistema SAELE para realizar o
12 plebiscito e estão prontas para fazer essa consulta. Duas
13 universidades, UENP, UNICENTRO, foram favoráveis para discutir a
14 LGU. UEM e UEL foram contra, então, Prof. Aldo Bona se manifestou
15 que só discutiria a lei com as universidades que se manifestaram
16 favoráveis. À época, pediu autorização do C.U. para propor emendas
17 ao projeto de lei e o C.U. aprovou. Nós poderemos pleitear emendas
18 para a ALEP, mas, temos que contar com o apoio dos deputados. As
19 emendas podem reduzir os danos. Convocamos uma reunião da
20 APIESP para o dia 07/12/21 para discutir a LGU. Já avisa que não
21 teremos consenso entre os reitores, porque a LGU, para as
22 universidades menores, apresenta um ganho em número de técnicos.
23 Então, assim como a questão do Tide Administrativo, talvez, UEM e
24 UEL fiquem sozinhas nesse processo. Estamos em reunião constante
25 com as pró-reitorias estudando os impactos desse texto da LGU para
26 termos um enfrentamento técnico. Ontem fizemos uma reunião
27 emergencial, à noite, com DCE, ASSUEL, SINDIPROL, fizemos uma
28 avaliação política e técnica sobre os pontos mais complexos da LGU.
29 Assumiu o compromisso com eles de levar à APIESP, a questão, e
30 levar o resultado do plebiscito e que se tivermos a aprovação da LEI,
31 de encaminhar em consórcio com eles, as emendas possíveis para
32 diminuir os danos. Embora a lei não tenha entrado em regime de
33 urgência, é possível que entre em votação até o último dia útil de
34 expediente esse ano. Sinival Pitaguari – o encaminhamento da LGU,
35 sem que as universidades pudessem conhecer o inteiro teor dele,
36 especialmente no final do ano, que é uma jogada política do Governo,
37 é uma declaração de guerra do Governo Estadual. A LGU parte de um
38 princípio completamente equivocado. Não tem redução de danos.
39 Estabelecer proporção de técnicos e de docentes, em número de
40 alunos é absurdo, porque os números de estudantes variam de curso
41 a curso e de universidade para universidade. O C.U. deve rejeitar na
42 íntegra o texto e pedir a retirada de pauta da LGU na ALEP.

1 Precisamos discutir um projeto de autonomia a partir das bases das
2 universidades. A Constituição nos garante a autonomia e essa não foi
3 revogada. O nosso orçamento anual passa por aprovações. Não
4 somos irresponsáveis. Não temos que aceitar essa imposição e
5 mantermos uma posição muito firme de não aceitação dessa LGU.
6 Nilson Magagnin – algumas alterações que foram feitas, após a nossa
7 ampla discussão na UEL, a partir daquela versão, houve um processo
8 de rejeição quase unânime daquelas minutas e para a nossa surpresa
9 a Lei vai para a ALEP com um texto ainda pior. O artigo 60 do texto
10 atual altera uma lei que acabamos de aprovar que é a Lei do Tide. Foi
11 toda uma negociação muito árdua de quase dois anos e vem a LGU e
12 coloca uma outra modalidade de professor. Metade da LGU parece
13 uma lei trabalhista. Precisamos fazer uma nova discussão com o texto
14 novo. O plebiscito precisa ser feito, mas, lá atrás o C.U. tomou uma
15 decisão e precisamos agora parar o trâmite desta lei. Precisamos
16 atuar na ALEP, levar a proposição à APIESP, para levarmos a
17 assembleia de parar o trâmite da lei para podermos discutir o texto.
18 Essa é uma lei nos últimos dois anos nos foi escondida, porque não
19 conhecíamos o teor. É uma lei que trata de 7 universidades públicas
20 que têm seus braços entrelaçados com as políticas públicas. O
21 argumento do Aldo Bona que não discutiria com as universidades que
22 negaram a LGU, é absurda e autoritária. Faz a proposta de levar à
23 APIESP a proposição de encaminhar à ALEP, no mínimo, a
24 interrupção do trâmite da legislação. Essa lei afronta a autonomia
25 universitária em diversos artigos. A PJU naquela época já havia se
26 manifestado que o texto anterior feria a constituição. Precisamos de
27 um bom parecer técnico da universidade para que possamos ter
28 argumentos para rejeitar substancialmente o texto. Prof. Cristiano
29 Medri – precisamos deixar claro que nós repudiamos a lei e pode
30 significar um rebaixamento da universidade, pessoas com TIDE e
31 outros sem TIDE parece que criaremos um grupo de professores de
32 primeira classe e outro de segunda classe. Sabemos que o Governo
33 vai para o enfrentamento e vai caminhar rápido para a aprovação,
34 mesmo que levemos 5 mil pessoas para frente da ALEP, ele joga a
35 polícia sobre nós e vai aprovar, como já fez em outros momentos.
36 Precisamos pensar em uma estratégia de redução de danos. E ter
37 estratégias, inclusive, em não se aprovando as emendas. Não dá
38 simplesmente para repudiar e não fazer nada. Precisamos ter
39 estratégias. Então, o plebiscito precisa ser feito e pensar em uma
40 estratégia de redução de danos, não simplesmente repudiar. Aurélio
41 Pereira – esse projeto fere a autonomia. Determinados artigos não
42 conseguem sequer compreender. Acha temerário fazer uma

1 discussão rápida, sem amadurecer. O texto tem problemas muito
2 graves e que afrontam diretamente a autonomia da universidade. A
3 universidade perderia vagas de docentes que iriam para o Sistema de
4 vagas do Estado, ou seja, tirar de uma Universidade para ir para outra
5 universidade. A possibilidade da extinção de cursos, terceirização e
6 outros pontos bem graves. Precisamos ter uma estratégia política
7 para isso. A retirada do trâmite é interessante. Faz um requerimento
8 para enviar para a SETI, para saber quem foi a equipe técnica que
9 participou da elaboração dessa minuta de lei. Um outro requerimento
10 é convidar os deputados para virem até o C.U. discutir a minuta
11 conosco. Temos que fazer política, mas temos que ser duros também.
12 Fazer pressão. Mostrar o posicionamento das universidades. Prof.
13 Eliel Machado – precisamos lembrar que isso começou em 2016,
14 depois veio a eleição do Governador Ratinho, estamos com 30% de
15 defasagem de salário. O texto anterior foi amplamente debatido. Toda
16 a manifestação do sindicato está no repositório da UEL e no do
17 sindicato. O texto foi amplamente recusado pela comunidade. O texto
18 atual foi escondido às 7 chaves. O Aldo não publicizou esse texto para
19 as universidades e isso foi uma estratégia dele também em conjunto
20 com o Governo. Há o comparativo, parametrização de estudantes
21 como as universidades privadas, quanto custa um aluno nas privadas,
22 então, esse texto é mais um ataque às universidades públicas. Daqui
23 a 20 anos as universidades públicas estarão irreconhecíveis.
24 Podemos pensar em várias estratégias, sabemos que será aprovada,
25 mas, precisamos fazer a resistência até o último minuto. Precisamos
26 nos mobilizar. Resgatar o debate interno em cima do texto atual.
27 Fazer virtual para ganhar tempo. Talvez seja importante resgatar o
28 conselho universitário ampliado, como fizemos em 2019. Prof.
29 Ronaldo Nascimento – esse texto traz muitos danos para nós
30 universidades públicas. Precisamos melhorar nossos quadros. Daqui
31 a pouco brigaremos por um prato de comida. É triste esse momento.
32 O governo quer quebrar as pernas das universidades para depois
33 dizer que deu as muletas para as universidades caminharem. Temos
34 que impedir o trâmite da lei imediatamente e tentar resgatar a nossa
35 autonomia. Lenir de Assis – está falando com alguns deputados da
36 nossa bancada e embora não tenha sido regime de urgência, pode
37 ser pautado já na segunda-feira e vão votar. Precisamos colocar nos
38 deputados que votarem a favor que esses parlamentares são inimigos
39 das universidades. Alguns deputados vão pedir vistas, mas o texto
40 pode voltar para a CCJ muito rapidamente, em uma única semana. O
41 texto passa com uma série de emendas. Mas emendar projetos ruins
42 não salva o projeto. Precisamos nos mobilizar. Temos que buscar

1 nossos deputados e articular. Tadeu Veneri ressalta a importância dos
2 pareceres dos C.Us para nortear os deputados e as próprias
3 comissões. Se possível tirar uma deliberação hoje para fazer chegar
4 até segunda-feira aos deputados. Além de toda articulação política.
5 Encontrar as bancadas que nos defendem. Precisamos mostrar nossa
6 posição até mesmo para a bancada do Governo. Prof. Paulo Meletti –
7 concorda com a Lenir que um projeto ruim emendado, continua ruim.
8 Desde o início esse projeto não foi das universidades, e sim uma lei
9 do governo para as universidades. De 2019 para cá, muita coisa
10 aconteceu e que mostra um contrassenso. Aprovamos a lei de
11 inovação do Estado. E se há críticas às IEES estas precisam ser
12 abertamente colocadas. O Governo quer que tenhamos mais cursos?
13 Quer que tenhamos mais estudantes? Querem que as IES menores
14 cresçam, ok, podemos até ajudar. Essas questões deveriam ser
15 discutidas com as universidades. Ninguém aqui está omissa a discutir
16 essas questões. Prof. Sérgio Carvalho – faz um apanhado do que
17 falamos aqui, acha que ninguém discorda que não é o ideal para nós,
18 conversou com o Tercílio hoje porque sabe que ele é da base do
19 Governo, outro deputado que conversamos é o Evandro Araújo, sabe
20 que o deputado Romanelli que também conversamos bastante, fez
21 parte de uma aliança para impedir que a Universidade Estadual de
22 Londrina tivesse um índice que seria maior do que nós temos hoje e
23 que nessa aliança as universidades menores estavam propondo a
24 LGU para ele, então acha que ele não vai ser contra. Propõe
25 encaminhar um expediente para a ALEP solicitando que esta lei não
26 seja colocada em regime de urgência e seja discutida no ano que
27 vem, vai encaminhar que a proposta do C.U. discutida em 2019 foi por
28 rejeição da LGU e por fazer um plebiscito. Vai encaminhar da parte da
29 reitoria o mesmo ofício para todos os deputados, solicitando o mesmo
30 teor. Vai encaminhar ofício à APIESP para que adote a posição de
31 não regime de urgência e que seja discutida o ano que vem, usando
32 os mesmos argumentos que utilizar para ALEP, vai encaminhar
33 oficialmente porque precisa ter documento e vai pessoalmente
34 conversar com todos os deputados da nossa base. Tercílio Turini e
35 Evandro Araújo são sempre muito sensíveis às causas da
36 Universidade. Nossa PJU já está fazendo a análise jurídica, a equipe
37 técnica a análise técnica, está comparando os dois para publicizar
38 para nossa instituição, claro que o sindicato e DCE vão fazer a análise
39 técnica e jurídica dos sindicatos, acha que este documento podemos
40 sair consensuado de encaminhar hoje e ficamos com o compromisso
41 de levarmos isso, porém isso não exime os sindicatos e o DCE de
42 procurarem os deputados em seus nomes. Sobre o plebiscito, sua

1 sugestão é que seja realizado já na semana que vem, mesmo com a
2 dificuldade de mobilização nesse momento. Posso encaminhar isto
3 como proposta? Aurélio – fiz 2 requerimentos, solicitar um expediente
4 para saber quem compõe a comissão e um segundo para chamar os
5 deputados para virem ao C.U. Sérgio Carvalho – posso encaminhar
6 sim esses ofícios, também fará o convite, mas, é pouco provável que
7 venha esse ano. Sinival – sobre a data do plebiscito, pensou no ano
8 que vem, por não ter regime de urgência, mas, em razão da fala da
9 Lenir, retira sua proposta e concorda que seja realizada na próxima
10 semana. Nilson Magagnin - precisamos verificar se ainda pode ser
11 pedido em regime de urgência. E que o conselho possa ser
12 convocado, em regime de urgência, em razão de qualquer
13 movimentação diferente da LGU. Profa. Lorena Portes – que se faça
14 um debate para discutirmos o novo texto com tempo. Prof. Sérgio –
15 assim que nossos técnicos fecharem a análise, faremos uma reunião
16 como foi feita em 2019, mas, on-line. Eliel – podemos deixar esse
17 conselho aberto para ser convocado a qualquer tempo. Prof. Sérgio
18 Carvalho – podemos fechar essa reunião e no dia 17/12 teremos uma
19 reunião extraordinária, para aprovarmos o regimento eleitoral. Mas,
20 pode convocar outras conforme a necessidade, frente a
21 movimentação da LGU. Precisamos tirar a PJU da comissão do
22 plebiscito e repor a representação estudantil os demais membros
23 permanecem sob a presidência do Prof. Silvano. Em regime de
24 votação, os contrários a esse compilado de propostas, por favor, se
25 manifestem. Aprovado por unanimidade. **OUTROS INFORMES:** o
26 deputado Tadeu Veneri fez há alguns meses uma reunião com os
27 professores do ensino superior, tem uma relação fraternal tanto com o
28 assessor quanto com a assessora dele, foi falado para o deputado
29 naquele momento que a LGU estava sendo discutida com os reitores
30 e com a SETI, mas, os professores não estavam participando da
31 discussão e ele fez uma fala brilhante defendendo as universidades
32 na ALEP, encaminhou uma correspondência a ele, via whatsapp, o
33 parabenizando pela fala e dizendo que no caso da UEL não era deste
34 jeito, porque a LGU foi amplamente discutida, tanto é que a estimativa
35 é que tenhamos feito mais de 200 reuniões oficiais na base da
36 universidade, fora as reuniões sindicais e do DCE que são de caráter
37 privado, e o C.U tinha dito não a LGU e enviado o compilado de
38 decisões para a SETI e íamos fazer um plebiscito assim que o
39 documento fosse depositada na Assembleia Legislativa. Da parte da
40 UEL desde 2019 não tivemos acesso a nada da LGU, até porque a
41 postura era de que as universidades que se recusaram a discutir o
42 documento, não estavam participando da construção do documento,

1 ele entendeu que nós fizemos está ampla discussão. Por algum
2 motivo existe um ex-dirigente sindical que falou em Ponta Grossa que
3 não sabia de onde as decisões do reitor tinham sido tiradas. Esse
4 dirigente que é uma pessoa muito combativa e tem muito respeito por
5 ele, não sabe onde ele estava em 2019, mas, certamente não estava
6 aqui, porque teria visto que o C.U discutiu e deliberou. O Ministério
7 Público considera que a demanda da universidade para defender a
8 sua autonomia de aplicar a lei de cargos é justa, não cabe ao tribunal
9 de contas fazer intervenção de controle e nem fazer este tipo de
10 interferência. Não vai dar tempo de tramitar isso porque vai ter a nova
11 lei, mas só para os senhores terem ideia, essa reitoria defende a
12 autonomia da universidade. A forma da reitoria combater é via judicial
13 e estamos obtendo vitórias nesse combate. Parabéns a Procuradoria
14 Jurídica, novamente Profa. Tania Lobo, a sua ação de intervenção
15 jurídica nesse processo são imprescindíveis. Um agradecimento ao
16 prof. Antonio Amaral que é uma das pessoas que nos ajudaram nessa
17 questão do TIDE Administrativo. Prof. Décio - ontem tivemos a
18 presença do Secretário de Justiça da SEJUF, ele veio aqui para
19 assinarmos um convênio entre a UEL e a SEJUF, são vários atores
20 envolvidos porque a UEL está como o primeiro e único laboratório de
21 paternidade no Estado do Paraná, é uma iniciativa que faz dez anos
22 que estamos tentando implementar, temos a estrutura predial, temos
23 equipamentos e principalmente temos professores capacitados com
24 expertise para poder fazer esse tipo de atividade. Estavam presentes
25 a professora Tânia, a professora Márcia Teshima do EAAJ, o
26 professor Mario Sérgio e outras pessoas e foi uma iniciativa muito
27 importante por parte da nossa universidade. O secretário da justiça
28 fez questão de pegar o adesivo de 50 anos da UEL e mostrou para
29 todos que também tinha orgulho da nossa universidade. Prof. Aron
30 Petrucci - só queria comentar o informe do professor Décio, essas
31 iniciativas acabam colocando em nível estadual ou regional amplo
32 como é o caso deste trabalho do exame de paternidade, como é o
33 caso do PROJETEC do CTU assim como outros, eles são muito
34 importantes porque em um momento desses a influência da
35 universidade e da cidade. A influência da cidade no quadro político
36 nacional e estadual deixa um pouco a desejar e trabalhos como esse
37 são uma forma que a universidade tem ao seu alcance de ir se
38 tornando influente nesse processo. Então, nosso desejo de felicidade
39 e que mais projetos como este surjam. Prof. Alan - tem dois informes
40 de duas ações que estão sendo realizadas no CCE. A primeira ação
41 iniciou com no começo da pandemia, nos organizamos com a ajuda
42 de voluntários da comunidade universitária para a campanha de ação

1 solidária para arrecadar cestas básicas. Temos notado felizmente que
2 há indícios da redução do impacto da pandemia, porém o número de
3 pessoas passando fome não diminuiu são os resquícios da pandemia,
4 por isso resolvemos continuar a campanha e lançamos a 19ª
5 campanha solidária do CCE, pedimos para que os senhores
6 participem fazendo suas doações e compartilhando em suas redes
7 sociais para que possamos aumentar o número de cestas a serem
8 entregues a comunidade carente de Londrina. Aproveita a
9 oportunidade para agradecer a solidariedade e empatia da
10 comunidade UEL e o apoio de vocês que possibilita ajudar a quem
11 passa por necessidade, desde o início da pandemia já distribuimos
12 em torno de 4 mil cestas básicas para famílias carentes. O segundo
13 informe é sobre verbas para suprir as demandas do CCE, uma ação
14 que temos feito nessa direção é que desde o segundo semestre de
15 2020 temos nos empenhado em buscar recursos para suprir as
16 nossas demandas e uma forma de buscar suprir essa demanda é
17 trazendo deputados estaduais, federais ou qualquer ente parlamentar
18 político que venha visitar o centro e veja realmente o que está
19 acontecendo porque eles podem destinar verbas de bancada, nós da
20 direção não temos partido político, então fica mais fácil conversar com
21 todas ideologias nesse sentido. A UEL em primeiro lugar, precisamos
22 de verba, desta forma convidamos o deputado Tercílio Turini, ele veio
23 em outubro de 2020, foi mediado pelo nosso reitor, apresentamos
24 nossas potencialidades, tudo o que fazemos para sociedade e as
25 demandas do CCE, outra deputada que convidamos e também teve o
26 intermédio do reitor foi a deputada federal Luíza Canziani, ela veio em
27 novembro de 2020 e também apresentamos os mesmos projetos, as
28 demandas, tanto a questão de construção como de reformas e o
29 último que conversamos foi o deputado federal Felipe Barros, que veio
30 em fevereiro de 2021. Continuamos nessa ação, convidamos outros
31 parlamentares para que nos visitem porque temos muito o que fazer
32 em termos de manutenção e investimento no CCE. Uma boa notícia
33 que chegou para nós no final de novembro é que o deputado Felipe
34 Barros destinou recursos para reforma do CCE, através de sua
35 emenda impositiva na bancada federal do Paraná no orçamento de
36 2022. Esperamos que essa emenda se concretize no começo do ano
37 que vem. Prof. Paulo Meletti - a sua fala é em relação ao informe
38 anterior, gostaria de agradecer todo o empenho da reitoria e das pró-
39 reitorias envolvidas, a PROPLAN, especialmente da professora Karen
40 Brajão, a professora Maria Angélica do CCB que coordenam o
41 laboratório, professora Angélica recentemente aposentada.
42 Estávamos muito ansiosos para que o laboratório pudesse finalmente

1 entrar em atividade, na página do CCB já foi lançado o edital para
2 inscrição dos candidatos a bolsa de pós-doutorado, que são as
3 pessoas que trabalharão nesse laboratório além dos professores, as
4 inscrições já foram homologadas e o processo está caminhando,
5 temos bastante inscrições e acha que vai ser um projeto de muito
6 êxito, deixa aqui seu agradecimento e parabéns a todos os
7 envolvidos. Concorda com o professor Aron que isso dá uma grande
8 visibilidade porque é a primeira e única iniciativa do tipo no estado e
9 recebemos muitas requisições. Prof. Décio - realmente temos que
10 enaltecer os nomes da professora Maria Helena Fungaro que
11 juntamente com a professora Angélica iniciaram todo esse processo e
12 agora vai ser tocado tanto pela professora Karen quanto pela
13 professora Roberta. Profa. Viviane Bagio - gostaria de fazer uma
14 divulgação e um convite aos conselheiros e conselheiras, a direção do
15 CLCH foi procurada pelo projeto de extensão da UEL “Mulheres
16 construindo Democracia” e também pela Associação Nacional de Pós-
17 Graduação em Letras Linguísticas para que nós nos juntássemos a
18 eles e juntos agregássemos à campanha Maria Bonita no Natal, que é
19 uma campanha que foi lançada em 2019, pela delegacia especial de
20 atendimento à mulher, de um bairro de Salvador, achamos justo e o
21 CLCH se juntou a este projeto de extensão e a AMPOL, para fazer
22 chegar a mais mulheres esta campanha. A campanha consiste em
23 doação de produtos de higiene pessoal e cuidados em geral, a
24 arrecadação vai até o dia 14 de dezembro e as contribuições podem
25 ser entregues na secretaria geral do CLCH. Com estes produtos
26 arrecadados vamos fazer kits para montar as bolsas a serem doadas
27 para mulheres em situação de rua. As bolsas foram doadas pela
28 Associação de Letras e Linguística que realizariam em 2019 um
29 evento aqui na UEL, mas acabou não sendo realizado
30 presencialmente, então essas bolsas que já estavam prontas serão
31 doadas para que possamos montar os kits. Fica o convite para que
32 vocês nos ajudem a divulgar para que consigamos contribuir com
33 essa campanha. Prof. Kennedy Piau - manifesta estranheza que
34 antigos vereadores e hoje parlamentares a nível federal que tem uma
35 perspectiva misógina, racista, contra a universidade, que perseguiu
36 professores desta universidade em seu exercício profissional possa
37 em ano eleitoral estar se apresentando para universidade, esse
38 parlamentar tentou inviabilizar apresentações do FILO, colocando
39 pessoas para impedir essas manifestações e agora faça proselitismo,
40 queria deixar registrado isso. E seu informe é comunicar que a UEL
41 está coordenando uma rede junto a Universidade Federal da Bahia
42 (UFBA), do ABC (UFABC), do Pará (UFPA) e a Universidade de

1 Brasília (UnB) para instituir um centro de cultura tradicional Brasileira
2 em Moscou na Rússia, numa parceria com a Universidade de
3 humanidade de Moscou, a pedido da baixada brasileira na Rússia. É
4 uma rede com universidades muito importantes, uma das coisas que
5 temos mais importantes no Brasil e que temos que exportar mais é
6 riqueza e a diversidade da cultura brasileira e podemos estar trilhando
7 um caminho de elaborar e conceder uma forma de política pública de
8 relação de cooperação com o exterior fornecendo algo que é
9 fundamental que é essa ideia da diversidade da cultura brasileira,
10 então, dia 09 às 10h vários reitores das universidades envolvidas
11 estarão reunidos com a universidade de Moscou para fecharmos esse
12 termo de cooperação técnico-científico cultural. Profa. Lorena Portes -
13 Rechaço a esse Deputado Filipe Barros: um defensor do privatismo,
14 homofóbico e que nunca defendeu os servidores públicos. Joabe
15 Vieira - Lorena Ferreira, faço minhas suas palavras e vou um pouco
16 mais além, acho que tudo que venha desse sujeito deveria ser
17 rejeitado por essa instituição. Nada mais havendo a tratar, o Reitor
18 Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, encerrou a reunião e eu, Sirlei
19 Mariano Ferreira, Secretária, “ad-hoc”, lavrei a presente ata, que após
20 lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes à reunião.

21

22

23 Sérgio Carlos de Carvalho

24 Reitor

25

26 Décio Sabbatini Barbosa

27 Vice-Reitor

28

29 Amauri Alcindo Alfieri

30 Pró- Reitor de Pesquisa e Pós Graduação

31

32 Mara Solange Gomes Dellaroza

33 Pró- Reitora de Extensão Cultura e Sociedade

34

35 Azenil Staviski

36 Pró-Reitor de Administração e Finanças

37

38 Marta Gimenez Favaro

39 Pró-Reitora de Graduação

40

41 Mário Sérgio Mantovani

42 Pró-Reitor de Planejamento

43

44 Eli Ferreira de Siqueira

45 Representante da Pró-Reitoria de Recursos Humanos

Diretores de Centros de Estudos

1		
2		
3	Viviane Aparecida Bagio Furtoso	_____
4	Diretora do CCH	
5		
6	Alan Salvany Felinto	_____
7	Vice-Diretor do CCE	
8		
9	Rogério Zanetti Gomes	_____
10	Vice-Diretor do CECA	
11		
12	Patricia Mendes Pereira	_____
13	Diretora do CCA	
14		
15	Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues	_____
16	Vice-Diretora do CTU	
17		
18	Airton José Petris	_____
19	Diretor do CCS	
20		
21	Paulo César Meletti	_____
22	Diretor do CCB	
23		
24	Tânia Muniz	_____
25	Diretora do CESA	
26		
27	Leandro Ricardo Altimeri	_____
28	Diretor do CEFE	

Representantes do CEPE

31		
32		
33		
34		
35	Renata Katsuko T. Kobayashi	
36	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
37		
38	Inês Cristina de B. Fonseca	_____
39	Representante da Câmara de Graduação	
40		
41	Lúcia Giuliano Caetano	_____
42	Representante da Câmara de Graduação	
43		
44	Marcelo Alves de Carvalho	_____
45	Representante da Câmara de Graduação	
46		
47	Nídia Aparecida Hernandez	_____
48	Representante da Câmara de Pesquisa	
49		

1 Maria Fernanda Graciano _____
2 Representante da Câmara de Pesquisa

4 Angela Pereira T. V. Palma _____
5 Representante da Câmara de Pós-Graduação

7 Mariana Aparecida B. Soares _____
8 Representante da Câmara de Pós-Graduação

10
11 *Representantes não vinculados à Instância Administrativa*

13 Cristiano Medri _____
14 Representante do CCB

16 Rodrigo Rosseto Pescin _____
17 Representante Suplente do CCE

20 Nilson Magagnin Filho _____
21 Representante do CTU

23 Ronaldo José Nascimento _____
24 Representante do CEFE

26 Reginaldo Melhado _____
27 Representante do CESA

29 Ângela Lamas Rodrigues _____
30 Representante do CLCH

32 Keli Regiane T. da F. Pinto _____
33 Representante do CCS

35 Kennedy Piau Ferreira _____
36 Representante do CECA

38
39 *Representantes das Categorias Docentes*

40 Eliel Ribeiro Machado _____
41 Representante Associado

44 Lorena Ferreira Portes _____
45 Representante Adjunto

47 Sinival Osório Pitaguari _____
48 Representante Assistente

49

1 *Representante dos Servidores Técnicos Administrativos*

2

3 Aurélio Pereira _____

4 Representante dos servidores Técnicos Administrativos

5

6

7 Joabe Vieira da Costa _____

8 Representante dos servidores Técnicos Administrativos

9

10 *Rafael Bataglia da Silva* _____

11 Representante dos servidores Técnicos Administrativos

12

13 Thiago Correa Mattos _____

14 Representante dos servidores Técnicos Administrativos

15

16

17 *Representante das Classes Trabalhadoras*

18

19 João Antonio da Silva Neto _____

20

21 *Representante das Classes Patronais*

22

23 Francisco Luis Hipólito Galli _____

24

25 *Representante do Poder Legislativo Municipal*

26

27 Lenir de Assis _____

28

29

30 *Representante do Poder Executivo Municipal*

31

32 Moacir Norberto Agarioni _____

33